



A SUA EXCELÊNCIA
O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

S/135/2022/XII

Assunto: Requerimento ao Governo Regional dos Açores

Nos termos do n.º 1 e n.º 2 do art.º 182 do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Grupo Parlamentar do PS/Açores entrega à Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a V. Exa., para efeitos de admissão, perguntas com pedido de resposta escrita dirigidas ao Governo Regional dos Açores.

Horta, 6 de setembro de 2022

Com os melhores cumprimentos

O Presidente do Grupo Parlamentar

A handwritten signature in black ink, which appears to read 'Vasco Alves Cordeiro'.

Vasco Alves Cordeiro

REQUERIMENTO

GRACIOSENSES SEM SERVIÇO DE URGÊNCIA

Considerando que o direito à proteção da saúde, que está consagrado na Constituição da República Portuguesa, assenta num conjunto de valores fundamentais como a dignidade humana, a equidade, a ética e a solidariedade, é um dos princípios orientadores da Carta de Direitos e Deveres dos utentes;

Considerando que, no passado dia 2 de setembro de 2022, e na madrugada do dia seguinte, os doentes Graciosenses que recorreram ao serviço de urgência, por necessidade premente, depararam-se com a falta de médico para os assistir;

Considerando que esta situação dramática não pode voltar a acontecer, porque, para além de ser uma falta de respeito, põe em causa a saúde dos Graciosenses;

Considerando que, nessa altura, foi divulgado que na origem desta falha estaria a falta de pagamento ao médico em questão;

Considerando que esta situação anómala e incompreensível é suscetível de minar a confiança no Serviço Regional de Saúde.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, os Deputados do Partido Socialista abaixo-assinados, solicitam os seguintes esclarecimentos:

1 – O Governo Regional tem falhado com as transferências financeiras destinadas às despesas de funcionamento da Unidade de Saúde da Ilha Graciosa?



GRUPO
PARLAMENTAR



Partido Socialista
AÇORES

2 – A que se deve essa insuficiência de verbas destinadas a uma das principais funções daquela instituição, ou seja, prestar cuidados de saúde?

3 – Que medidas vai o Governo tomar para que esta situação inaceitável não volte a repetir-se?

Horta, 06 de setembro de 2022

Os Deputados,

José Ávila

Manuel Ramos